

América Latina

Venezuela - Viva Chavez?

Ricardo Miguéis

Golpes e contra-golpes, muito petróleo e pouco dinheiro, populismo autoritário e instabilidade económica - num país de fortes contradições só a sede de poder se sobrepõe à incerteza...

Se há uma palavra para descrever a situação política e social na Venezuela, será sem dúvida fragmentação. Civis e militares, de todos os estratos sociais, estão claramente divididos entre Chavistas e anti-Chavistas, entre aqueles que continuam a acreditar na Revolução Bolivariana, na sua aposta em reformular as estruturas sociais do país, e aqueles que consideram o governo de esquerda, literalmente comandado pelo presidente, absolutamente incompetente e, assim, um caminho mais curto para a alienação internacional e consequentes desastres político-económicos.

Os principais intervenientes nesta tragi-comédia, esquecida característica do pós-guerra na América Latina, mostraram-se no acto falhado de 11 a 14 de Abril, deixando cair o véu que já por si só deslizava e deixava transparecer aquilo que hoje é claro: existe um enorme fosso entre a verdade mediática e a realidade no país; a tradição ainda é o que era e as relações verticalistas, conservadoras e estritamente hierárquicas de uma partidocracia que se vem consolidando desde 1958, ainda são fortes.

Se o contexto fosse outro, seria irónico que seja hoje um grupo de oficiais denominados por Comacates (comandantes, majores, capitães e tenentes) o primeiro a denunciar correcta e abertamente esta situação. No entanto, o Presidente venezuelano, Hugo Chavez Frias, abriu a “Caixa de Pandora” ao mudar o carácter institucionalista e tradicional das instâncias militares na Venezuela. Com a nova constituição de 1999, as forças militares assumiram um papel central na governação do país, tornando-se uma instituição com mandato para promover o desenvolvimento social. Chavez espelha o espírito das relações político-militares numa pergunta retórica que pronuncia frequentemente: “Como é possível demarcar o que é claramente militar e o que é claramente político?”. Uma posição perigosa e reminescente das guerras de independência venezuelanas, quando os fundadores e activistas, como o General Sucre, eram de facto cidadãos armados, e a

população em geral era composta de “camponeses-soldados”, “gerentes-militares” e “polícias-militares”.

Uma das principais exigências dos militares tem sido o desarmamento dos “Círculos Bolivarianos” – considerados milícias civis em estado embrionário, são formados por 10 a 100 membros; os últimos números oficiais davam conta de 180.000 círculos, organizados e financiados pelo governo. A coexistência de duas forças armadas ajudou fortemente a despoletar tensões tendencialmente fragmentadoras, que acabaram por retirar Hugo Chavez do governo e por ajudá-lo a recuperar a mesma posição, apenas 48 horas depois.

Os Golpes...

Para quem acha que entre 11 e 14 de Abril de 2002 só houve um golpe na Venezuela... desengane-se: houve dois. O que retirou Chavez do governo e o que colocou o poder na mão de uma equipa de tal modo conservadora que não se lembrou de incluir representantes da imprescindível base social de apoio: a CTV (Confederação de Trabalhadores Venezuelanos). Pedro Carmona, líder da Câmara de Comércio Venezuelana (Fédecâmaras), conseguiu formar uma equipa de grandes nomes (incluindo directores dos grandes consórcios de televisão da Venezuela), mas o seu mandato como presidente interino terminou quando começou. Persuadido a decretar o encerramento imediato da Assembleia Nacional, do Supremo Tribunal e a anular o efeito da Constituição de 1999 (aprovada por larga maioria num referendo popular em Dezembro do mesmo ano), Carmona sentiu, passado poucas horas, a ira da Democracia. “Nós estávamos contra o governo, não contra a Constituição” – disse o General Efraim Vasquez quando retirou o seu apoio a Carmona (embora tenha sido mais tarde detido pelo seu envolvimento no golpe). A consequente fragmentação entre as facções de oposição envolvidas no golpe tornou mais fácil a missão da facção pró-Chavez. Liderados pelo General Raul Baduelli, a brigada de pára-quedistas de Maracay (a unidade militar a que Chavez pertencia) e alguns membros da guarda presidencial não tiveram dificuldades em demover Carmona do cargo de Presidente da República. Assim que se apercebeu que o golpe tinha falhado, Pedro Carmona refugiou-se e pediu asilo na Embaixada da Colômbia.

Os países vizinhos consideraram que Chavez tinha sido vítima de um golpe de estado e, por isso, não reconheceram o governo interino, sentindo que a situação podia ser um precedente perigoso para a região. Entretanto, numa reunião de emergência da

Organização de Estados Americanos (OEA) – a 13 de Abril – os Estados Unidos diziam trabalhar com o objectivo de manter a estabilidade política na região, tentando para isso convencer os outros membros da OEA a reconhecer o governo liderado por Carmona. O insucesso na reunião da OEA junta-se ao resultado de investigações como as de Madsen e à reacção pouco convincente de Otto Reich ao tentar explicar encontros de oficiais americanos, poucas horas antes do golpe, com Carmona. Madsen, americano, agora jornalista freelancer, com 20 anos de experiência em segurança electrónica na Agência Nacional de Segurança e na Marinha norte-americana, entregou um relatório a Chavez que prova a presença, mas não a interferência em sinais de comunicação, do cargueiro de guerra George Washington no espaço marítimo venezuelano. Como resultado, ninguém saiu reforçado desta situação: a nuvem de instabilidade política que paira sobre a América Latina ficou ainda mais carregada aos olhos de actuais e potenciais investidores internacionais. Mesmo que os Estados Unidos não tenham estado envolvidos em fase alguma do golpe, as percepções internacionais estão formadas: foram demasiadas as vezes, ao longo do último século, em que o colosso do Norte ajudou a despoletar a chama da rebelião contra um chefe de Estado sul-americano, reticente em servir os interesses ditados.

\$\$\$

Os objectivos da Revolução Bolivariana não são meramente nacionais. O quadro geral e as linhas de orientação passam por um tipo de idealpolitik com pretensões regionais. Esta tem sido a causa de fricção com os Estados Unidos. Quando observada na sua dimensão interna, a revolução tem um objectivo primordial: diminuir a desigualdade social. No entanto, os problemas financeiros do país agravam-se de dia para dia. Nos primeiros quatro meses de 2002, o PIB sofreu uma contracção de 4,2% e houve um agravamento do défice interno na ordem dos 3,7 bilhões de dólares. É exactamente aqui que reside o “calcanhar de Aquiles” que pode provocar a queda definitiva de Chavez. A instabilidade política tem exacerbado a já muito precária situação económica de um país em que o petróleo gera mais de metade das receitas do governo, ou um terço do PIB. Uma característica que data das décadas de 1930/40, mas com uma diferença fundamental: nessa altura o petróleo era um catalisador para a mobilidade social, hoje é uma causa de fragmentação social.

Sem o controlo da PDVSA (Petroleos de Venezuela), o governo não tem qualquer hipótese de atingir os objectivos revolucionários a que se propôs. A greve do dia 11 de

Abril, que acabou na polémica morte de pelo menos 17 pessoas, com outras 157 feridas por tiros de origem diversa, foi o resultado da promoção discriminatória de um grupo de favoritos de Chavez para a direcção da PDVSA. Gerentes mais antigos da empresa, sentindo-se lesados, juntaram a maior base de apoio possível para iniciar uma acção industrial contra o governo. Aliando-se à CTV, a manifestação contou com mais de 350.000 pessoas, que se dirigiam ao palácio presidencial de Miraflores. A manifestação decorreu de forma relativamente pacífica até que se confrontaram com manifestações pró-Chavez; o mais paradoxal é que a maior parte dos mortos e feridos não resultou de confrontos entre os dois grupos mas sim de tiros certos de atiradores não identificados, estrategicamente posicionados no topo de pelo menos três edifícios.

Tensão Crescente

Ambos os lados estão hoje mais conscientes da força que têm... e não têm. Incansáveis, os apoiantes de Chavez parecem ter ganho alguma superioridade numérica ao longo das últimas semanas. No entanto, estes acontecimentos trouxeram consigo mensagens claras da necessidade de reorientação do rumo que Chavistas e anti-chavistas devem seguir. Uma lição com elevado teor de auto-conhecimento. Os média reconheceram a necessidade de reflexão na sua conduta, a CTV e a Fédecâmaras temem que as investidas mais extremistas conduzam a outro golpe, que venha mais uma vez a falhar o seu objectivo e, assim, dar mais força ao governo de Chavez. Procuram, por isso, a via constitucional para fazer cair o presidente. O governo, por seu turno, parece estar ainda a tentar aperceber-se da necessidade de enveredar por políticas menos populistas, moderar o “super-personalismo” e praticar Realpolitik.

A concessão mais significativa do governo pós-golpe foi a nomeação de Ali Rodriguez (ex-director da OPEP) como director da PDVSA, e a readmissão de antigos executivos, independentemente da lealdade política. A competição pelo poder na quarta potência mundial a nível de exportações de petróleo continuará a fazer subir a tensão e a perpetuar a fragmentação. Mesmo com as concessões feitas pelo governo (ainda que possam ser estrategicamente momentâneas), Chavez não pode responder a todas as exigências da oposição: reavaliação de muitas das 43 leis aprovadas por decreto em Novembro passado; desarmar e dismantelar os círculos bolivarianos, distanciar os militares da política e reorganizar as instituições; outra exigência é uma volta de 180° na sua política externa, de forma a repensar as relações internacionais e a promover uma política activa para ajudar no combate ao narcotráfico, repudiando qualquer contacto que tenha mantido com

as guerrilhas colombianas, assim como moderando a sua relação com Cuba, Líbia e Iraque, por exemplo.

No entanto, há interesses inconciliáveis e daí emerge uma situação em que há dois monólogos em vez de um diálogo. A oposição lançou uma campanha anti-Chavez cuja estratégia faz lembrar a “guerra em rede” organizada pelos Zapatistas no México, em 1994: vários e distintos intervenientes com prioridades estratégicas diferentes. O objectivo é o único denominador comum (e aqui difere radicalmente da iniciativa Zapatista): resistir à mudança dramática do status quo e à reestruturação das elitistas estruturas sociais que caracterizam os jogos de poder venezuelanos. Na era da tecnologia digital, a informação assume um papel crucial. Daí a importância de controlar os meios de comunicação. Nas últimas semanas, têm-se espalhado rumores de golpes em preparação através do uso de faxes, e-mail e outros sistemas de telecomunicações.

Com a informação até hoje disponível, vislumbram-se vários cenários para o futuro – nenhum evitará, no entanto, que o país sofra de graves tensões sociais nos próximos anos. Primeiro, Chavez pode optar por uma política mais consensual, através de mais nomeações de experientes mestres na arte de Realpolitik, como foi o caso com Ali Rodriguez. Deve também melhorar as suas relações com os militares, começando por demonstrar tolerância e não enveredar por perseguições àqueles que discordam com a sua política. Esta táctica passa por adoptar aquilo que um ex-ministro do seu governo descreveu referindo-se a um jogo de estratégia japonês, “Go”, em que o objectivo não é aniquilar o adversário mas envolvê-lo na sua linha de influência. Grandes desenvolvimentos nas áreas da educação e saúde foram realmente atingidos, e desde 1998 o acesso ao ensino primário aumentou em quantidade e qualidade. Mesmo em tempos de crise, os serviços e produtos considerados como necessidades básicas mantiveram-se isentos de IVA. É por isso que Chavez tem, e continuará a ter, o apoio daqueles que, nas palavras de um camponês recentemente entrevistado por um jornal venezuelano, acham que é o primeiro presidente a trabalhar para o povo. No entanto, se Chavez menosprezar a necessidade de conciliar prioridades sociais com o equilíbrio orçamental macroeconómico, as dificuldades serão agravadas pelo consequente confronto com os actores da arquitectura financeira internacional.